



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA CATARINA – CEDCA- SC

1 Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e doze, o Conselho Estadual de Direitos da
2 Criança e do Adolescente de Santa Catarina – CEDCA/SC reuniu-se em Assembléia Ordinária,
3 às 13h e 30min, na sala de reuniões Darcy Ribeiro da Secretaria de Estado de Assistência
4 Social, Trabalho e Habitação/SST, com a presença dos conselheiros: **Representantes**
5 **Governamentais:** Padre Luis Antonio Caon da SST, Neylen Bruggemann B. Junks da SJC e
6 Michele Meneghel Guarezi da SCC; **Representantes Não Governamentais:** Sara Piaia lemos
7 da Verde Vida, Ladi Oliveira Medeiros da CDDH e Sara Ruiz. Também estava presente a
8 senhora Sueli Zinco da DIAS/SST. Neylen faz a abertura da plenária cumprimentando aos
9 presentes, e orientando para a leitura da ata de maio, que foi aprovada após ajustes e
10 correções feitas. Padre Caon de posse da palavra, fala sobre as resoluções 007/008/009/2012.
11 A resolução 007/2012 dispõe sobre a Política Estadual e o Plano Decenal dos Direitos
12 Humanos das Crianças e dos Adolescentes de Santa Catarina que, após lida e discutida foi
13 aprovada. A resolução 008/2012 dispõe sobre as deliberações da 9ª Conferência Estadual dos
14 Direitos da Criança e do Adolescente sendo também aprovada. As mesmas serão publicadas
15 no Diário Oficial do Estado. Neylen fala sobre as comissões temáticas deste conselho, que não
16 houve encontro das mesmas neste mês, por motivos diversos. Sara Ruiz comprometeu-se em
17 chamar os membros da comissão de políticas públicas, capacitação e formação para se
18 reunirem antes da próxima plenária. Michele Guarezi coloca que tem formação jurídica, é
19 representante da SCC e faz parte da Comissão de Norma. No entanto, não se acha capacitada
20 para participar das discussões legais, precisa de orientações de uma pessoa com referência e
21 com conhecimento para encaminhar os trabalhos, saber o que buscar. Solicita capacitação para
22 poder ter êxito nas atividades que devem e que serão desenvolvidas. Padre Caon explica que
23 as demais comissões também estão encontrando dificuldade e sugere que seja colocada em
24 plenária esta discussão para que os conselheiros que já possuem experiência possam estar
25 contribuindo com seu conhecimento, sugerindo temas para discussão das comissões. Neylen
26 fala que “é um desafio fazer parte das comissões” e sugeriu pesquisas nos sites de conselhos
27 de outros Estados para buscar formas e dicas de encaminhamentos de trabalho, bem como,
28 solicitar ajuda aos demais conselheiros e/ou através de outras entidades. É preciso aprender a
29 dividir tarefas para não sobrecarregar uns buscando temas para as discussões. Neylen
30 acrescentou ainda que os encontros das comissões continuarão acontecendo em datas e
31 horários aleatórios e/ou por meios diversos de comunicação: telefone, skype, MSN, e-mails e
32 outros, até agosto quando voltará a ser assunto tema de discussão e encontrar a melhor forma
33 de esses encontros acontecerem. Padre Caon coloca que ações mais imediatas e urgentes
34 devem acontecer, e que isto foi tema de discussão na comissão de Finanças que se reuniu no
35 dia de ontem. O Plano de Ação e de Aplicação do FIA/SC precisa acontecer, pois o conselho e
36 a SST estão sendo cobrados pela utilização destes recursos. Sara Ruiz leu o ofício que foi
37 encaminhado ao CEDCA/SC pelo Secretário Geral da SST, que trata das deliberações do
38 Grupo Gestor desta secretaria com sugestões para utilização dos recursos do FIA/SC. Padre
39 Caon sugere a participação do Conselho neste grupo gestor. Neylen questiona sobre este
40 grupo gestor: o que é, quem faz parte, qual a finalidade, sugerindo a indicação de um
41 conselheiro estadual para fazer parte do mesmo. Ficou indicado o nome da conselheira Sara
42 Ruiz para se fazer presente nestes encontros. Outro encaminhamento do Grupo Gestor da SST
43 foi a minuta de resolução que dispõe sobre formação de uma Comissão Técnica para deliberar
44 sobre o Plano de Ação e de Aplicação do FIA/SC, composta por três técnicos da SST
45 (assistente social, psicólogo e pedagogo) quatro representações do CEDCA/SC (dois GOVs e
46 dois NGOVs) e um conselheiros do CEAS, com urgência. Sara colocou que é preciso tomar
47 cuidado com a utilização dos recursos, pois acredita que não é permitida a compra de
48 equipamentos. Padre Caon acredita que a maior necessidade desta equipe no momento, é



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA CATARINA – CEDCA- SC

estudar sobre o que é permitido e proibido na utilização destes recursos. Neylen acrescenta que a demanda é de todo o Estado, não só nesta secretaria, que as ações devem ser bem estudadas e pautadas legalmente, contemplando as crianças e os adolescentes em políticas públicas de toda a Santa Catarina. Sueli da SST, explica sobre a solicitação de capacitação dos conselheiros tutelares preparando-os para encaminhamentos mais adequados com relação ao atendimento de crianças em conflito com a lei e outros, através do disque 100 que geram essas demandas. Neylen fala da extrema importância da capacitação dos CMDCAS, fortalecendo-os junto ao Conselho Estadual para legitimar os trabalhos que precisam ser desenvolvido, respaldando o CEDCA/SC diante dos mesmos. É preciso estudar bem todas as propostas e que estas devem comungar com as demandas do Conselho Estadual, estabelecendo prioridades, sem desvalorizar nenhuma, fundamentá-las com diagnósticos e pesquisas e que sejam especificamente voltadas para a “prioridade absoluta” dos conselhos de direito: as crianças e os adolescentes. Ladi reforça sobre a importância e urgência da capacitação e fortalecimento dos conselhos municipais e até tutelares, fazendo uso dos recursos deste fundo com muita responsabilidade, com monitoramento posterior e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos por estes. Neylen lembra a importância de a ACCT assumir sua postura de responsabilidade para com os conselhos tutelares. A resolução foi aprovada e será publicada no Diário Oficial do Estado. A composição do CEDCA para esta comissão ficou formada pela conselheira Neylen como governamental e o conselheiro Wilson como sociedade civil, no aguardo de mais indicações para completar o quadro (dois conselheiros de cada representação). A Escola de Conselhos volta a discussão. Padre Caon explica que o projeto da ACCT já apresentado em plenária do CEDCA não está sendo encaminhado, e questiona se o mesmo pode ser inscrito novamente no Edital da SDH. Neylen reforça que há empecilhos para tal inscrição. Sueli coloca que este projeto deve ser estudado com mais profundidade. Padre Caon questiona sobre a possibilidade de retomar este estudo. Neylen explica que o CEDCA/SC não dispõe de conhecimento técnico para assumir este Projeto “Escola para Conselhos”, pois o edital da SDH apresenta muitas exigências que não há como este conselho se responsabilizar. Padre Caon acredita que o CEDCA/SC deve ter firmeza na realização das deliberações e na atuação prática e competente das ações enquanto conselho estadual, depositando esforços na execução das propostas idealizadas e estudadas. Neylen e Sara pensam que os conselheiros não tem como se responsabilizar por muitas ações neste momento, pois defasado com estava, precisa amadurecer em muitas questões ainda, para que as ações aconteçam com êxito. Essa equipe ora formada com a presença dos conselheiros estaduais deve trabalhar profundamente no planejamento anual do CEDCA/SC, reforçando o que já foi deliberado reforçando sobre a capacitação dos mesmos. Padre Caon sugere enviar material para as SDRs solicitando dados sobre o atendimento às crianças e aos adolescentes por todo o Estado, e acrescenta que estes estão a disposição para contribuir e que desta forma aproximaria o CEDCA/SC dos CMDCAS e CTs, fortalecendo-os. Neylen acredita que é preciso baixar a ansiedade e repensar o que realmente se almeja enquanto conselheiros, pois para interpretar e compilar dados de pesquisa é necessário conhecimento técnico específico, principalmente se este servirem como base para aplicação em políticas públicas. Reforça ainda que é uma ação perigosa e delicada uma vez que os dados podem vir de fontes não confiáveis. Marilucia aponta sobre os perigos dos preenchimentos desses dados com relação a fidelidade dos mesmos, pois estes servirão como instrumentos para diagnósticos. Padre Caon pensa que poderia acontecer através de apoio com universidades com professores para assessorar, sem custo financeiro, através de orientações práticas. Padre Caon informou sobre a Lei Nacional da Adoção apresentando resultados de uma reunião que participou no Tribunal de Justiça, onde foram apresentados diagnósticos das situações municipais com relação a vulnerabilidade na adoção, pois Santa



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA CATARINA – CEDCA- SC

Catarina possui uma grande demanda de crianças com idade acima de três anos aguardando para serem adotadas. Deste encontro já foram agilizadas algumas providências para efetivarem tais adoções. Sobre a convocação das ONGs/SC para inscrição em setembro, foi solicitado a secretaria executiva que enviasse tal documento para publicação no Diário Oficial do Estado. Neylen sugeriu que seja enviado ofício para a ALESC, para a Comissão da Criança e do Adolescente que foi criada, para participar da próxima plenária. Nada mais havendo a tratar, eu secretária executiva Lidia, lavrei esta ata que será lida e depois de aprovada será publicada no site da SST, no link do Conselho, conjuntamente com a lista de assinatura das presenças.